

Café, Bancos e Finanças:
Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata Mineira - 1889/1930
*Anderson Pires**

Abstract

Através da constatação da emergência de um mercado financeiro regional e da avaliação da atuação de seus principais intermediários financeiros, tenta-se demonstrar que a economia agroexportadora da Zona da Mata de Minas Gerais desenvolveu, no período aqui em referência, um segmento financeiro-bancário próprio importante na caracterização desta economia como um espaço delimitado e diferenciado frente aos principais núcleos de produção agroexportadores que se desenvolveram no país no mesmo período. A presença deste setor financeiro-bancário reflete o desenvolvimento de mecanismos de retenção dos recursos gerados pela estrutura produtiva local no seio da própria economia regional, fato que vem sendo insistentemente negado pela historiografia relativa ao tema e à região. Por um lado porque representa o rompimento de uma cadeia de financiamento que tinha nos intermediários radicados no Rio de Janeiro os seus principais beneficiários, inviabilizando a correspondente transferência de recursos gerados na economia regional para aquele centro comercial-financeiro. Por outro, porque evidencia que as necessidades de financiamento dos principais agentes identificados com esta economia regional foram satisfeitas basicamente com recursos originados na própria economia da Mata mineira. Em ambos os casos, pode-se constatar a endogeneização dos principais fluxos de financiamento ou o surgimento de um “circuito financeiro” próprio na economia da Mata mineira, ou seja, que as forças de oferta e demanda por recursos financeiros se efetivaram fundamentalmente no espaço da própria economia regional.

A primeira característica que se sobressalta ao estudioso de Minas Gerais no período desta análise constitui o fato de Minas, em que pese ter-se configurado numa unidade político-administrativa com contornos geográficos delimitados, ser na verdade a soma pouco integrada de diversas regiões com características sociais e econômicas significativamente diferenciadas entre si. Até o final do período aqui considerado não havia se estruturado nenhuma força “unificadora” com potência suficiente para integrar economicamente o território mineiro num conjunto unificado e que lhe desse identidade completa¹. O resultado dessa situação, que *J. Wirth* chamou de “mosaico mineiro”², pode ser avaliado em um duplo aspecto: de um lado, na unidade mineira o desenvolvimento de cada região se constituiu “*numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa*

*Professor Assistente de História Econômica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Doutorando em História em Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

¹ O café, restrito a apenas algumas regiões do estado não viria a desempenhar esta função. Ver MARTINS, R. e MARTINS, M.C. “*As Exportações de Minas Gerais no Século XIX*”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. UFMG, jan/1984. BLASENHEIM, P. “*Uma História Regional: a Zona da Mata Mineira - 1870/1906*.” In: **V Seminário de Estudos Mineiros**. UFMG/PROEP, Belo Horizonte, 1982; VERSIANNI, M.T. **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: Beginnings and Early Development, 1868-1906**. PhD Thesis, University College London, 1991; BIRCHAL, S. **Entrepreneurship and the Formation of a Business Environment in Nineteenth-Century Brazil: The Case of Minas Gerais**. PhD. Thesis. London School of Economics, 1994.

² WIRTH, J. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Confederação Brasileira - 1889/1937**. Paz e Terra, S.P. p. 41

*história de crescimentos desarticulados e descontínuos*³ e, além disso, aquelas regiões que, a princípio, fariam parte daquele “todo” se articularam, principalmente de forma econômica, muito mais com as outras unidades federais com as quais possuíam vizinhança (o Sul e o Triângulo com São Paulo, o Norte com a Bahia, a Zona da Mata com o Rio de Janeiro) do que com a unidade política e administrativa da qual tinham que fazer parte.

Num contexto histórico como este qualquer generalização conclusiva, principalmente no âmbito da análise histórico-econômica, deve ser relativizada e o recorte regional, mais que uma mera opção metodológica, se coloca quase que como uma imposição, fundamental para que se alcance uma aproximação entre o universo de análise e a realidade histórica que se pretende investigar.

A região aqui em referência se define por um conjunto de elementos determinados pela forma como se dá a sua inserção no contexto histórico-social do qual faz parte e que, de uma maneira geral, indica a presença de contrastes, rupturas e discontinuidades históricas que, ao se estabelecerem e predominarem em seu espaço próprio, fundamentam a sua homogeneidade interna e, portanto, fornecem as bases de sua diferenciação e privilégio enquanto objeto de estudo.

Frente a unidade político-administrativa da qual fazia parte, a província e futuro estado de Minas Gerais, é o próprio desenvolvimento e expansão de uma economia agrária voltada para a exportação que marcará a diferenciação da região da Mata mineira. No correr do século XIX, sob o impacto do declínio da economia aurífera, as principais regiões da província passam por um processo de reestruturação sócio-econômica,

³Id. ib.

fundamentada numa significativa realocação dos fatores de produção, que acaba por resultar em uma economia agrária de alimentos, com maiores ou menores vínculos com vários focos de mercado interno existentes e cujo dinamismo econômico está longe daquele que caracterizou o século XVIII mineiro⁴.

Ao contrário, a zona da Mata de Minas sofre no mesmo período um significativo processo de estruturação de uma economia tipicamente agroexportadora, responsável pela sua colocação como região economicamente mais dinâmica da província, ou, mesmo, tomando-se como critério a base fiscal do aparelho administrativo provincial, pela transferência do eixo econômico de Minas Gerais para a própria zona da Mata, em que pese a exiguidade de seu espaço interno frente as dimensões do território mineiro. Apesar de representar com seus 35.000 km² apenas 5% do território mineiro, a Zona da Mata foi até o início do século XX a região mais rica do estado de Minas Gerais por apresentar as melhores condições físicas para o cultivo do produto que na época era a principal riqueza do país. Até a década de 1920 foi a principal produtora de café do estado, numa proporção que varia de 99% na década de 1850 até 70% na década de 1920, e isto em relação a um produto que entre 1870 e 1930 ocupou sozinho cerca de 60% do total das exportações do estado e foi responsável pela significativa maioria dos impostos provenientes da exportação, com 60% na década de 1870 e 78,2% na década de 1920⁵.

Nesse sentido, na esteira da expansão cafeeira, a evolução histórica, o ritmo e o padrão de desenvolvimento econômico da zona da Mata destoam significativamente daqueles que caracterizam o conjunto da “unidade” mineira. Mais do que isso, representa

⁴ SLENES, R. **O Múltiplo de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no século XIX**. IFCM/Unicamp, Campinas, 1985.

⁵ GIROLETTI, D. **A Modernização Capitalista em Minas Gerais**. Tese de doutorado. Museu Nacional, UFRJ, 1987, p.66, tab. 5. Ver do mesmo autor **A Industrialização de Juiz de Fora**. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 10(3):144-202, mai 1980.

uma *ruptura* com a própria formação histórica do estado, fundamentada em suas linhas gerais nos traços típicos do “século XVIII mineiro”. Assim se expressou um antigo historiador da região:

*“(...) Esta zona é por vários motivos a que, no processo geral do desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso, o progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior.(...) A Zona da Mata é uma ruptura com o passado histórico de Minas Gerais. (...)”*⁶.

Contudo, também no que se diz respeito a outros núcleos de produção agroexportadores pode-se perceber algumas especificidades presentes na Mata mineira que justificam a sua percepção como uma região delimitada. Aqui o contexto fundamental a que se faz referência é o Vale do Paraíba fluminense, com o qual a região mantém traços importantes de identificação: a contiguidade espacial, uma estrutura sócio-econômica homogênea, uma formação histórico-social originada de um mesmo processo matriz, uma aristocracia fundiária com vários traços comuns, inclusive consangüinidade, entre outros⁷. No entanto, em que pese todos estes aspectos comuns, também são visíveis os elementos que marcam a diferenciação, inviabilizando a percepção da região da Mata mineira como uma mera extensão da economia agroexportadora fluminense.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar o próprio fato da região da zona da Mata pertencer à unidade político-administrativa mineira, uma interseção importantíssima a diferenciar ambas as economias agroexportadoras na medida em que vão se submeter a um universo significativamente distinto -e fundamental para a sua evolução econômica- que faz referência aos instrumentais e sentido da política econômica dos governos provinciais/estaduais, principalmente se tivermos em conta a autonomia destes com o

⁶ PEDROSA, M.X.V. “Zona Silenciosa da Historiografia Mineira - A Zona da Mata”. **Revista do Instituto Histórico de Minas Gerais**. IHMG, Belo Horizonte, 1962, vol. IX, p.189.

advento da República e a sua importância diante do contexto de crise do sistema escravista e expansão do sistema capitalista: o acesso e a utilização dos recursos de empréstimos externos, política imigrantista, estruturação da malha ferroviária, política tributária de exportação, incentivo ao crédito para o setor agroexportador, política de valorização do café, etc. Ressalte-se o fato de que a condução destes instrumentos de política econômica por parte dos governos estaduais vai depender de uma delicada conjugação e articulação dos interesses dos vários setores sociais presentes na órbita do poder estadual, tornando singular o caso de Minas Gerais dada a complexidade e diversidade econômica do “mosaico mineiro”, com a conseqüente reafirmação de setores sociais não necessariamente identificados com os interesses agroexportadores e que invariavelmente predominavam no núcleo do poder estadual.

Por outro lado, levando em consideração o comportamento secular da produção cafeeira, também se evidenciam grandes diferenças entre os núcleos de produção agroexportadores fluminense e da Mata mineira. Região interiorana, destituída de um núcleo de comercialização exportador em seu espaço interno, a zona da Mata mineira acaba por eleger o centro comercial do Rio de Janeiro como espaço privilegiado da exportação de sua produção. No entanto, a distância frente à Corte e futura capital federal e, principalmente, a inexistência de uma malha viária dotada de um mínimo de condições de transporte eficiente fez com que a efetiva incorporação produtiva da Zona da Mata só ocorresse em meados do século XIX, marcando uma defasagem no “ciclo” de produção agroexportador de ambas as regiões. Tal situação fará com que as condições objetivas da produção, determinadas fundamentalmente pela existência de terras virgens disponíveis

⁷VALVERDE, O. “O Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro,

para a expansão cafeeira, sejam significativamente mais favoráveis na Mata mineira do que no Vale do Paraíba fluminense no final do século XIX, quando se intensifica o processo de crise do sistema escravista e de expansão do sistema capitalista⁸.

Tal situação se torna particularmente importante se notarmos que boa parte das condições da transição escravista-capitalista, acima referida, serão delimitadas pela capacidade de dinamização econômica do núcleo produtivo agroexportador, fundamental na determinação do consumo e investimento naquelas economias em que predominou⁹. Dessa forma, os limites no interior dos quais vão se efetivar os vetores fundamentais desta transformação estrutural -o impacto maior ou menor da abolição da escravidão, a capacidade (ou não) de diversificação dos investimentos da aristocracia agrária, a forma como se cristalizam as relações de trabalho no pós abolição, entre outras, estarão aí determinados e poderão assumir diversos matizes e formas.

Neste sentido, a diferenciação das condições da produção agroexportadora se torna um importante ponto de partida para a compreensão da forma em que ocorre a transição capitalista na Mata mineira, dotada de várias especificidades, muitas ainda a serem pesquisadas e que vêm reafirmar e fundamentar a sua caracterização como um espaço dotado de homogeneidade interna e evolução histórica até certo ponto própria, passível de consideração como uma região delimitada e, portanto, como objeto distinto de pesquisa.

20(1):3-82, jan/mar. 1958.

⁸ PIRES, A. Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1993. Cap. 3

⁹Sobre estes aspectos ver, entre outros, DEAN, W. *"The Panters as Entrepeneur: The Case of São Paulo"*. **Hispanic America Historical Review**. MELLO, J.M. **O Capitalismo Tardio**. Brasiliense, São Paulo, 1982; S. SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. Alfa-Omega, São Paulo, 1976; VILLELA, A. e SUZIGAN, W. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**. IPEA, Rio de Janeiro, 1973.

Como aspecto de especial importância nesta transição capitalista, naturalmente, se encontra o processo de estruturação e expansão do segmento financeiro-bancário na Zona da Mata. Na ausência de um sistema de comercialização externo (importação e exportação) importante em seu espaço próprio, a região desconhece a experiência de expansão bancária que ocorre nos principais centros de produção cafeeira no correr do século XIX, que, como se sabe, esteve estreita e predominantemente associada à circulação mercantil, dando origem a bancos comerciais nacionais, que se limitavam às operações de curto prazo (desconto de letras e empréstimos comerciais) e aos bancos estrangeiros, envolvidos com o financiamento das operações de importação e exportação¹⁰.

Diante da curta experiência do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais, fundado em 1887 e falido em 1892, sob impacto do encilhamento, é apenas no final do século XIX que se tem a abertura da instituição bancária mais importante da região, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Originado na conjuntura extremamente favorável delineada desde o final da década de 1880, o Crédito Real acaba por atuar, através da expansão de suas redes de agências pela Mata e pelo volume de suas operações, como a única instituição bancária de porte na Zona da Mata¹¹. A proliferação de outros bancos na região só ocorre efetivamente com o processo de expansão bancária vivenciada pelo país

¹⁰ Ver LEVY, M.B. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. IBMEC, Rio de Janeiro, 1977 e **Ib. A Indústria do Rio de Janeiro Através de Suas Sociedades Anônimas**. Ed. UFRJ, RJ, 1994; GRANZIERA, R. **A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil**. Hucitec, São Paulo, 1979; SAES, F. **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista - 1850/1930**. IPEA, São Paulo, 1986; JONES, C. "Commercial Banks and Mortgage Companies". In PLATT, D.C.M. **Business Imperialism 1840-1930**. Oxford University Press, 1977; TRINER, G. "Banking, Economic Growth and Industrialization: Brazil, 1906-30" In **Revista Brasileira de Economia**. FGV, Rio de Janeiro, Vol. 50, 1996 e **Ib. "The Formation of Modern Brazilian Banking, 1906-1930"**. In **Journal of Latin American Studies**. Cambridge University Press, 28, 1996; LAGEMANN, E. **O Banco Pelotense & o Sistema Financeiro Reginal**. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1985.

¹¹ Além das Casas Bancárias, cujo estudo ainda está por ser realizado, outras experiências resultaram ou em instituições que tiveram vida muito curta (como o próprio Banco Territorial e Mercantil, o Banco de Juiz de Fora e o Banco Mineiro da Produção, entre outros), ou em bancos com atuação exclusivamente local (como o Banco Ribeiro Junqueira, em Leopoldina, por exemplo).

na década de 1920¹², ou um pouco antes, quando se instalam em Juiz de Fora agências de bancos que vinham mantendo uma expansão regional em âmbito nacional: o Banco do Brasil, o Banco Pelotense, o Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais e, talvez, a única agência de um banco estrangeiro na região, o Bank of London and South América¹³.

O Banco de Crédito Real surgiu como um empreendimento financiado basicamente pelo capital agrário local¹⁴, liderado por alguns importantes fazendeiros da região. Desde seu início tinha como objetivo específico fornecer crédito hipotecário à lavoura e, para tal, acaba por se beneficiar de vários acordos para a realização de empréstimos agrícolas, tanto com o governo central como com o governo estadual, o que lhe confere uma aproximação com os poderes públicos que tem sido destacada pela historiografia¹⁵. Já em 1891 o Banco recebe autorização para realizar operações comerciais como depósitos, descontos de títulos, empréstimos de curto prazo etc., o que lhe configura, neste sentido, o perfil de um “banco misto”¹⁶, ou seja, de um banco que reuniu na mesma instituição as operações de longo prazo (como os empréstimos hipotecários e venda de letras) e aquelas de curto prazo (desconto e empréstimos

¹² SAES, F. “Crescimento e Consolidação do Sistema Bancário na Década de 1920”. In DE LORENZO, H. e COSTA, W. A. **Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno**. UNESP/FAPESP, São Paulo, 1997.

¹³ Sobre a história bancária na região ver: COSTA, F.N. **Bancos em Minas Gerais (1889-1964)** Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1978.; SÁ, A.L. **Origens de um Banco Centenário**. Edição comemorativa do Banco de Crédito Real, s.d. FILHO, J.P. “A História Bancária de Juiz de Fora” In **Retalhos do Passado**. s. ed. Juiz de Fora, 1966; ALVARENGA FILHO. “*Alguns Eventos da História Bancária de Juiz de Fora*”. In: BASTOS, W.L. et alii. **História Econômica de Juiz de Fora**. IHGJF, s. ed., 1987; ALVARENGA FILHO, J.T. **A Criação do Banco de Crédito Real e o Relacionamento de seus fundadores com o imperador D. Pedro II**. s. ed., Juiz de Fora, 1976.; PIRES, A. op. cit. Cap. 2; RIBEIRO, J. “*Banco de Crédito Real de Minas Gerais*”. In **Um Banco de todos os Tempos - Credireal 101 anos**. Edição comemorativa, 1990.

¹⁴ Pires, A. op. cit. cap. 3; COSTA, F.N. op. cit. p. 43

¹⁵ WIRTH, J. op. cit.; COSTA, F.N. op. cit.

¹⁶ KINDLEBERGER, C. **Financial History of Western Europe**. 2 ed., Oxford University Press, 1993; BOUVIER, J. “*Relaciones entre Sistemas Bancarios y Empresas Industriales en el Crecimiento Europeo del Siglo XIX*”. In VILAR, P. **Industrialización Europea: Estadios y Tipos**. Editorial Critica, Barcelona, 1981.

comerciais). Além disso, em 1911 o estado assume o controle acionário do Banco e em 1919 realiza sua encampação efetiva, quando se torna uma instituição oficial¹⁷.

Este próximo relacionamento entre o Banco e o estado de Minas fez com que um autor concluísse que “...o Estado cumpriu em Minas Gerais um papel semelhante ao do capital comercial em São Paulo, de apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro, amparando diversas atividades agrícolas (inclusive o próprio café), através dos Bancos de Crédito Real e Agrícola de Minas Gerais.” Ou ainda: “Sem dúvida, em que pese o fato de que fazendeiros, comerciantes, industriais e mesmo estrangeiros aplicaram seus capitais tentando implantar um sistema bancário em Minas, foi o Estado que, dando-se conta da fragilidade deste ‘embrião’, tutelou-o: amparando e comandando seu crescimento. O que constitui uma peculiaridade frente ao ocorrido no Rio e em São Paulo.”¹⁸.

Inserido num sistema bancário marcado pela ausência de uma instituição em âmbito nacional que realizasse a contento as funções de um banco central, inexistente no país durante toda a República Velha¹⁹, o Banco de Crédito Real, como todos os outros bancos do país no período, estava particularmente sujeito à orientação da política monetária e cambial do governo e às instabilidades inerentes a uma economia de natureza agroexportadora. Torna-se interessante verificar, a partir da íntima relação entre a instituição do Banco de Crédito Real e o Estado de Minas Gerais, qual o comportamento do Banco nas diversas conjunturas adversas que teve que enfrentar no período aqui em

¹⁷ COSTA, F.N. op. cit

¹⁸ id. ib. p. 43

¹⁹ O que a historiografia tem ressaltado. Ver, entre outros, SAES, F. **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista 1850-1930**. Op. cit. LAGEMANN, E. Op. cit. TRINER, G. “*Banking, Economic Growth and Industrialization: Brazil, 1906-30*” e Ib. “*The Formation of Modern Brazilian Banking, 1906-1930*”. In: **Journal of Latin American Studies**. Cambridge University Press, 28, 1996.

questão. Longe de ficar ileso aos diversos reveses que marcaram o período, o Banco sofre várias restrições em suas operações nestas conjunturas²⁰, especificamente aquelas da carteira comercial, particularmente dependente da captação de depósitos. No entanto, a presença de recursos públicos, principalmente em sua carteira hipotecária, parece lhe ter conferido uma estabilidade que o faz sobreviver às principais crises e depressões da época. Assim, o Banco “supera” a crise do Encilhamento (quando viu a falência de seu congênere Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais), a crise bancária de 1900 (quando foi uma das poucas instituições bancárias do país a sobreviver a esta severa depressão financeira), a conjuntura da Primeira Guerra Mundial (sendo logo após encampado pelo Estado) e às principais flutuações negativas da década de 1920²¹.

Para nós, no entanto, a participação do aparelho de Estado como catalisador de recursos transferidos para o Banco para distribuição para a lavoura, através de empréstimos hipotecários de longo prazo²², pouco altera a origem relativamente endógena dos recursos para este tipo de operação no mercado financeiro regional. Através de “linkages” de natureza fiscal, conceito presente na Teoria do Produto Principal²³ e se lembramos a importância do café como base de arrecadação do estado de Minas no período, além da proporção que a produção da Mata tinha no conjunto da produção do estado, verificamos que boa parte destes recursos (oferecidos como garantia de juros para

²⁰ Ver principalmente SÁ, A.L. **Origens de um Banco Centenário**. Op. cit.

²¹ Ver PIRES, A. Op. cit. Cap. 2

²² Que não deve ser considerada uma peculiaridade de Minas mas uma deficiência crônica de levantamento de recursos de longo prazo do sistema financeiro do país na época, o que fez com que outros estados também amparassem o crédito hipotecário. Ver TRINNER, G. *“The Formation of Modern Brazilian Banking...”* Op. cit.; SAES, F. **Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista**. Op. cit.; LAGEMANN, E. Op. cit.

²³ HIRSHMAN, A. *“Desenvolvimento por Efeitos em Cadeia: Uma Abordagem Generalizada”*. In: SORJ, B. et alii. **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. Brasiliense, São Paulo, 1985; SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. Brasiliense, São Paulo, 1982.

letras hipotecárias ou transferidos diretamente para a região via a rede de agências do Banco) se originava predominantemente na própria Zona da Mata.

De qualquer forma, o impacto da estruturação do aparelho bancário foi significativo na região. No que se refere aos empréstimos hipotecários de longo prazo, como já tivemos oportunidade de verificar, o Banco (que emprestava recursos a taxas de juros bem menores que as que vigoravam no mercado até então) assumiu a função de principal fornecedor do crédito agrícola e rompeu uma cadeia de financiamento que tinha no comissário radicado no Rio de Janeiro o principal beneficiário²⁴; desta forma criou um *circuito financeiro* que vai se realizar, via aparelho de estado, basicamente no espaço da própria economia regional.

Já no que se refere às operações de curto prazo (cujos recursos são independentes daqueles obtidos pelo estado), o Banco também acaba por desempenhar um papel de fundamental importância na estruturação do mercado financeiro local e regional ao inaugurar as operações de desconto de letras e outros títulos de curto prazo, além das próprias operações de depósitos e empréstimos em conta corrente. Nas operações de descontos de letras, que tinham um papel central nas relações comerciais do café²⁵, o banco acaba por internalizar um volume de recursos que, até então, vinha sendo manipulado através de bancos localizados no Rio de Janeiro, consolidando, também no que diz respeito a este tipo de operações, os circuitos do mercado financeiro regional. Deve se destacar aqui que a maior parte dos recursos utilizados nestas operações eram captados pelo Banco na própria Zona da Mata, através dos depósitos a vista ou a prazo,

²⁴ PIRES, A. op.cit. Cap. 3

²⁵ LEVY, M.B. **História da Bolsa de Valores**. Op. Cit. e **A Indústria do Rio de Janeiro...**Op. cit.

tendo em vista a disseminação de suas agências pela região e o próprio ritmo de crescimento dos depósitos que o Banco vai possuir.

Mas não é apenas no que diz respeito às operações com o setor agrícola de exportação que o Banco e a estrutura financeira que representa revelam toda a sua importância. Também no que diz respeito às operações com o setor industrial²⁶ devemos aqui fazer algumas referências.

O processo de industrialização de Juiz de Fora foi, seguramente, um dos mais significativos que ocorreu em Minas Gerais no período que estamos investigando, o que acaba por conferir a este município a posição de principal centro industrial do estado até, pelo menos, a década de 1920²⁷. Mais que isso, como parte deste processo de industrialização houve a abertura de várias companhias anônimas que se estenderam para além do setor industrial propriamente dito e atingiu vários outros setores da economia (o próprio setor bancário, serviços de energia elétrica, telefonia, transportes urbanos, ferrovias etc.). A organização de companhias acionárias não era uma experiência recente na região, já que desde meados do século XIX vinha se organizando este tipo de negócio como é o caso da Companhia União e Indústria (que alguns autores consideram como um dos primeiros empreendimentos acionários de Minas²⁸) e vários empreendimentos envolvendo companhias de estradas de ferro (como é o caso da Companhia União Mineira, a Companhia Juiz de Fora-Piau, a Companhia Ramal do Rio Novo etc.).

²⁶ Para as relações entre bancos e o processo de industrialização ver o conjunto de artigos presentes em CAMERON, R. **Financing Industrialization** Op. cit.; Id. *"Theoretical Bases of a Comparative Study of the Role of Financial Institutions in the Early Stages of Industrialization"*. In Id. lb.; do mesmo autor **La Banca en Las Primeras Fases de Industrialización**. Editorial Tecnos, Madrid, 1974; COTTREL, P. **Industrial Finance, 1830-1914**. Gregg Revivals, Methuen, 1993; KINDLEBERGER, C. Op. cit.; COLLINS, M. **Banks and Industrial Finance in Britain, 1800-1939**. Cambridge University Press, 1991. BOUVIER, J. Op. cit.;

²⁷ GIROLETTI, D. **A Industrialização de Juiz de Fora**. Op. cit.; PAULA, M.C. **As Vicissitudes da Industrialização Periférica: o caso de Juiz de Fora - 1930-1970**. UFMG, Belo Horizonte, 1976; Sobre a industrialização de Minas Gerais ver BIRCHAL, S. **Entrepreneurship and the Formation of a Business Environment in Nineteenth-Century Brazil: The Case of Minas Gerais**. Op. cit.; VERSIANNI, M.T. **The Cotton Textile Industry of Minas Gerais, Brazil: Beginnings and Early Development, 1868-1906**. Op. cit.

O que importa ressaltar aqui é que a região mantinha, talvez desde meados do século XIX, um mercado local para títulos acionários²⁹ e boa parte dos empreendimentos desta natureza que ocorreram no período da análise tinham seus acionistas com origem predominantemente na própria região³⁰, além do mero fato de o Banco poder ter sido o intermediário no lançamento destas ações, o que, por si só, já é bastante significativo. Para além disso, deve ser destacado que uma organização acionária muitas vezes podia lançar mão de formas de financiamento mais flexíveis, quando comparada àquelas disponíveis para as sociedades simples, por exemplo. Favorecidas pela evolução da legislação comercial do país³¹, já a partir de 1882, muitas empresas acabavam por preferir a organização acionária exatamente pela flexibilidade de instrumentos de financiamento, além da necessidade de recursos crescentes, e vantagens como a responsabilidade limitada, processos de falência e outras.

Mas são os chamados “debêntures” os títulos que, aparentemente, assumiram uma das principais formas de financiamento das empresas acionárias³². Títulos de endividamento primário³³, com vencimento de longo prazo, estavam normalmente envolvidos com decisões de investimento e ampliação de capital por parte da companhia, correspondendo assim a montantes de capital relativamente avultados, difíceis de serem

²⁸ BIRCHAL, S. Op. cit.

²⁹ As experiências de mercados locais e regionais para títulos acionários se encontra bastante disseminada pela literatura; ver entre outros: BASKIN, J. and MIRANTI, P. **A History of Corporate Finance**. Cambridge University Press, 1997; KINDLEBERGER, C. Op. cit. COTTREL, P. Op. cit.; LAMOREAUX, N. “Banks, Kinship, and Economic Development: The New England Case”. In **Journal of Economic History**. Vol. XLVI, N. 3, sept. 1986

³⁰ PIRES, A. Op.cit. Cap. 4

³¹ HABER, S. “Financial Markets and Industrial Development: A Comparative Study of Governmental Regulation, Financial Innovation, and Industrial Structure in Brazil and Mexico, 1840-1930”. In HABER, S. **How Latin America Fell Behind: Essays on the Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914**. Stanford University Press, 1997; LEVY, M.B. **A Indústria do Rio de Janeiro** Op. cit. TRINNER, G. “The Formation of Modern Brazilian Banking”. Op. cit. SAES, F. “Crescimento e Consolidação do Sistema Bancário em São Paulo na Década de 1920.” Op. cit.

³² HABER, S. Op. cit.; LEVY, M.B. Op. cit.; MONTEIRO, A.M. **Empreendedores e Investidores em Indústria Têxtil no Rio de Janeiro: 1878-1895**. Dissertação de Mestrado, UFF, 1985.

³³ GURLEY, J. and SHAW, E. “Financial Aspects of Economic Development” In CAMERON, R. **Financing Industrialization**. Edward Elgar Publishing, Cambridge, 1992, vol. 2 pp. 1-24; KINDLEBERGER, C. **A Financial History of Western Europe**. Op. cit.

levantados através de outras formas “tradicionalis” de financiamento, como por exemplo a reinversão de recursos próprios (autofinanciamento) ou empréstimos de familiares e sócios. Mais do que isso, dada a sua natureza e características próprias, como sua negociabilidade e liquidez, aparentemente se constituíram em uma das principais formas de levantamento de recursos de longo prazo de pelo menos alguns setores industriais frente ao sistema bancário, um dos mais importantes problemas do mercado financeiro do país na época³⁴ e um dos principais temas presentes nas interpretações sobre as relações entre bancos e o processo de industrialização³⁵.

Apesar de não dispormos de informações completas, temos indícios fornecidos pela historiografia regional da presença desta forma de financiamento em várias companhias locais, o que vem demonstrar, de início, que a região participou das tendências gerais de modificação da forma de organização das empresas e de seus mecanismos de financiamento que o país sofreu desde o final do século XIX, em grande parte como decorrência das alterações da legislação comercial acima referida e dos efeitos mais permanentes da conjuntura que acabou gerando o fenômeno do Encilhamento³⁶. Assim, a título de exemplo, podemos citar o envolvimento que o Banco de Crédito Real teve com uma das companhias mais importantes de Juiz de Fora no período aqui em referência, a Companhia Mineira de Eletricidade (CME), uma espécie de “holding” que incluiu os serviços de fornecimento de energia elétrica (residencial e industrial), telefonia e transportes urbanos com tração elétrica. Pelo menos por duas vezes, o Banco se colocou como fornecedor de empréstimos de longo prazo, por lançamento de debêntures, em

³⁴ HABER, S. Op. cit. LEVY, M.B. Op. cit. MONTEIRO, A.M. Op. cit. TRINER, G. *The Formation...* Op. cit.

³⁵ Cf. nota 26 supra.

³⁶ HABER *Financial Markets and Industrial Development* Op. cit.

momentos importantes da evolução da Companhia: o primeiro em 1905, quando a Companhia Mineira de Eletricidade adquiriu a própria Companhia Carris Urbanos (o que incluiu a mudança da tração animal para a elétrica) e em 1911, quando o Banco intermediou as negociações que envolveram a modificação do controle acionário da Companhia por um conhecido grupo empresarial local, o grupo Assis-Penido³⁷.

Como é natural, qualquer análise sobre os mecanismos de financiamento tem no processo de endividamento de um economia um componente essencial. Pela sua própria natureza, que envolve várias formas de garantia para aquele que adianta recursos demandados (o credor), o processo de endividamento implica em vários registros (notas promissórias, letras de câmbio, depósitos bancários, registros hipotecários etc.) que acabam por se constituir num verdadeiro universo documental para os historiadores preocupados com este tipo de relações econômicas em uma sociedade qualquer. Mais do que isso, as várias formas em que ocorrem tais mecanismos de financiamento podem indicar diversas características do próprio contexto econômico no qual elas se inserem. Como não poderia deixar de ser, consciente desta situação ou não, a historiografia econômica que se dedicou à análise dos processos de financiamento da economia cafeeira mantém algumas interpretações que nos interessam de perto aqui. À parte os componentes básicos envolvidos no processo, sempre com a participação do comissário de café como protagonista fundamental³⁸, cabe destacar as interpretações sobre *a*

³⁷ Ver MIRANDA, S. **Cidade, Capital e Poder: Políticas Públicas e Questão Urbana na Velha Manchester Mineira**. Dissertação de Mestrado, UFF, 1990. Há referências de outros empréstimos envolvendo o lançamento de debêntures em outras Companhias da cidade e região, como por exemplo, a Companhia Luz e Força Cataguazes-Leopoldina, a Companhia Moraes Sarmiento (têxtil), a Companhia São João (calçados) e a Companhia George Grande (máquinas agrícolas).

³⁸ Ver os trabalhos de FRANCO, M.S. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 3 ed., SP, Kairós, 1983; LEVY, M.B. **História da Bolsa** Op. cit.; FERREIRA, M. **A Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro**. Diss. Mestrado, UFF, 1977; SWEIGART, J. **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: The Coffee Factors of Rio de Janeiro, 1850-1888**. PhD Thesis, University of Texas, 1980.

natureza do débito do fazendeiro do café na cadeia de financiamento que subsidiou o funcionamento da economia cafeeira de exportação.

Genericamente falando, predomina nestas interpretações, com algumas recentes exceções³⁹, um ponto de vista que associa, naturalmente, o endividamento com uma situação falimentar ou de insolvência por parte do fazendeiro, ou, mesmo, que a organização da economia cafeeira levava o fazendeiro a uma situação crônica de endividamento. Normalmente, para estas interpretações esta situação se explica por alguns fatores tipicamente identificados com o *comportamento econômico* dos agentes aqui em questão tais como: o excessivo nível das taxas de juros cobradas pelos fornecedores dos recursos, tendência ao entesouramento por parte do fazendeiro, consumo ostentatório como um fim autônomo etc⁴⁰. Gastos ostentatórios não são uma exclusividade da aristocracia cafeeira e podem ser encontrados em toda sociedade que dispõe de uma elite, inclusive a capitalista, e muitas vezes compõem uma parte importante de sua reprodução enquanto tal⁴¹. Por outro lado é difícil imaginar que o envolvimento em débitos de longo prazo, em montantes avultados de capital e com compromissos pesados com os serviços do débito por 20 ou 30 anos, tenham sido realizados, *como regra*, para gastos meramente de consumo. Quanto ao entesouramento, também prática comum em vários sistemas econômicos, com racionalidades diversas, é razoavelmente conhecido a transformação dos instrumentos de entesouramento e poupança da aristocracia cafeeira, cada vez mais assumindo formas financeiras, ou seja,

³⁹ SWEIGART, J. Op. cit.; ver também GREEN, G. **Finance and Economic Development in the Old South**. Stanford University Press, 1972.

⁴⁰ Ver principalmente GORENDER, J. **O Escravismo Colonial**. 4 ed., Ed. Ática, 1985, Sexta Parte; FRANCO, M.S. Op.cit.; FERREIRA, M. Op. cit. COSTA, E.V. **Da Senzala à Colônia**. 2 ed., Ciências Humanas, São Paulo, 1982; STEIN, S. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. Brasiliense, São Paulo, 1961.

⁴¹ GORENDER, J. Op. cit.

se concretizando em títulos que representam liquidez e o “descongelamento” da riqueza⁴². Por fim, é estranho verificar, perante esta situação, que a classe dos fazendeiros de café, considerada de maneira generalizada como cronicamente endividada, possa aparecer, em âmbito local, como uma importante fonte de empréstimos particulares para os próprios fazendeiros e outros agentes da economia.

Não se trata aqui de querer negar uma eventual posição subsidiária do fazendeiro no processo de financiamento, nem muito menos a possibilidade de endividamento e insolvência de sua parte, mas apenas ressaltar que a mera identificação *necessária* do débito com a insolvência, muito próxima de uma posição que um autor chegou a chamar de “moralista”⁴³, constitui uma redução do imenso potencial de análise envolvido, a nosso ver, com os processos de endividamento. De início podemos revelar que o débito do fazendeiro pode não estar necessariamente associado com o consumo conspícuo, mas a gastos de capital e, como tal, na medida que em um período futuro tal dispêndio resulte numa ampliação de seus ganhos correntes, nada impede, *a princípio*, que o débito inicial seja plenamente saldado⁴⁴. Além disso, a consideração do endividamento em termos agregados, para ficarmos apenas em um exemplo, está normalmente envolvido com o processo de aceleração da formação de capital da economia⁴⁵, o que por si só torna o acompanhamento de seu comportamento agregado de fundamental importância,

⁴² MELLO, Z.M. **As Metamorfoses da Riqueza**. HUCITEC, São Paulo, 1983. ALMICO, R. **O Efeito Multiplicador do Café: A Riqueza em Juiz de Fora (1870/1930)**. Projeto de Pesquisa, UNICAMP, 1997. PIRES, A. Cap. 4;

⁴³ GREEN, G. Op. cit.

⁴⁴ Id. ib.; SWEIGART, J. Op. cit. KILBOURNE, H. **Debt, Investment, Slaves: Credit Relations in East Feliciana Parish, 1825-1885**. University of Alabama Press, Tuscaloosa and London, 1995.

⁴⁵ GURLEY, J. and SHAW, E. Op. cit. GREEN, G. Op. cit.

principalmente se vier acompanhado com as próprias flutuações que caracterizam o conjunto do sistema econômico⁴⁶.

São conhecidos os fatores que originados no interior da estrutura da produção cafeeira vão se tornar determinantes da demanda por financiamento por parte do fazendeiro de café⁴⁷. Constituindo obviamente resultado de uma cultura de natureza agrícola, as rendas decorrentes das vendas do café mantinham um padrão tipicamente *sazonal* (ocorrendo principalmente nos períodos de colheita e envio para exportação), o que se chocava com os gastos correntes regulares necessários à manutenção da unidade agrário-exportadora. Além disso, também é conhecido o fato de que o cafezal de uma mesma unidade mantinha grandes variações entre suas colheitas, com as safras abundantes se sucedendo àquelas pequenas, provocando grandes variações anuais na renda recebida pelo fazendeiro, o que poderia comprometer seus gastos previstos. Em ambos os casos se caracterizam os fatores que vão determinar a demanda de crédito de curto e médio prazos por parte dos fazendeiros de café.

Por outro lado, o fato de o cafeeiro ser uma cultura tipicamente permanente, necessitando um período médio de 5 anos para que a planta se torne economicamente produtiva, faz com que os gastos com a ampliação da produção (com plantação de novos cafezais), em si mesmos considerados elevados, normalmente envolvam a necessidade de financiamento, desta feita por períodos que podem ser considerados de longo prazo. Com

⁴⁶ O que tem sido crescentemente considerado (apesar de não constituir propriamente uma novidade) nas teorias “financeiras”, aqui tomadas como uma alternativa às análises meramente “monetárias”. Ver BORDO, M. “Introduction”. In BORDO, M. (org) **Financial Crises**. Edward Elgar Publishing Limited, Cambridge, 1992; MULINEAUX, A.W. “The Financial Instability Hypothesis”. In Id. **Business Cycles and Financial Crises**. University of Michigan Press, 1990; GURLEY, J. and SHAW, E. Op. cit. DIAMOND, R. “The Debt-Deflation Theory”. In GLASNER, D. **Business Cycles and Depressions**. Garland Publishing, Inc., New York and London, 1997; TRECOTT, P. “Minsky, Hyman Philip”. In Id. ib.

⁴⁷ Ver principalmente SWEIGART, J. **Financing and Marketing Brazilian Export Agriculture: The Coffee Factors of Rio de Janeiro, 1850-1888**. Op. cit.; BACHA, E. “Política Brasileira do Café: Uma Avaliação Centenária.” In JOHNSTON, E. e MARTINS, M. **150 anos de Café**. 2 ed., Salamandra Editorial, São Paulo, 1992.

tais fatores em mente, é natural supor que exista uma pressão por demanda de recursos no mercado financeiro local por parte da produção cafeeira e o volume de operações financeiras envolvendo o setor agroexportador deve ter predominado *pelo menos* no mercado de longo prazo (como *aparentemente* demonstra a análise dos registros hipotecários locais). Se associarmos a estes fatores os elementos decorrentes dos desequilíbrios crônicos entre o comportamento (inelástico) da produção e aquele dos preços, além da importância dos fluxos de renda das exportações de café na liquidação das obrigações financeiras pendentes no próprio setor cafeeiro, perceberemos que a possibilidade de crises e instabilidades nos mercados financeiros aqui em questão (um outro componente de seus *limites*) e o endividamento por parte do fazendeiro de café decorrem da própria estrutura da economia na qual se inserem estes mercados e agentes, e não necessariamente de um determinado comportamento assumido *a priori* pelo próprio fazendeiro de café.

O estudo do *mercado de débito de longo prazo* da economia cafeeira, possível através da análise dos registros hipotecários, pode, assim, se revelar em um importante componente da estrutura e comportamento do mercado financeiro desta economia. Considerando o débito aqui, de início, como manifestação de *relações sociais*, além daquelas meramente econômicas, muitos dos aspectos envolvidos no processo de endividamento, tais como a identificação social dos fornecedores e tomadores de recursos de empréstimos, o prazo das negociações e as taxas de juros cobradas, bem como suas variações em função do ritmo da economia, os principais bens utilizados como garantias etc., se constituirão, como não poderia deixar de ser, como componentes essenciais da análise a ser realizada. A consideração especial da *natureza social* subjacente ao

movimento das várias formas de endividamento da economia revela, por exemplo, a importância dos vínculos pessoais nas relações de crédito, de curto ou longo prazos, existentes na economia regional. A presença dos “capitalistas” e de vários outros emprestadores individuais de recursos no mercado hipotecário local (ao lado de *instituições* financeiras como Banco de Crédito Real) pode revelar uma complexidade existente em tais relações que ultrapassam algumas análises sobre a intermediação financeira, excessivamente preocupadas com a “eficiência” dos instrumentos de financiamento⁴⁸, já que revela a importância de formas tidas como “tradicionais” atuando de maneira ativa nas relações de distribuição de recursos de crédito na mesma economia regional⁴⁹.

Por fim, à guisa de conclusão, tendo em vista esta atuação de emprestadores locais de recursos além da presença de vários ativos financeiros da própria região na composição da riqueza local, podemos perceber que “(...) o financiamento de longo prazo e a maioria daquele de curto prazo eram consequência direta da substancial acumulação de poupanças na região (...)”⁵⁰. Mais do que isto, numa *avaliação superficial* do mercado financeiro regional, podemos perceber *indícios* de funcionamento das operações mais importantes que eram realizadas nos principais mercados de crédito e de capital presentes no país no mesmo período, a saber: i) um *mercado de empréstimos de longo prazo* que envolveu predominantemente empréstimos agrícolas, mas também empréstimos urbanos e industriais; ii) um *mercado de títulos de débito de longo prazo* como debêntures, letras hipotecárias, títulos do poder público municipal etc.; iii) um *mercado de curto prazo* que

⁴⁸Para estas questões ver principalmente LAMOREAUX, N. “Banks, Kinship, and Economic Development: The New England Case”. In *Journal of Economic History*. vol XLVI, n 3, sept. 1986.

⁴⁹ Id. ib. TRINER, G. *The Formation of Modern Brazilian Banking*. Op. cit.

⁵⁰ KILBOURNE, R. *Debt, Investment, Slaves*. Op. cit. p. 05

envolvia as operações tipicamente bancárias de descontos de letras e títulos vários além de depósitos e empréstimos em conta corrente; e iv) um *mercado acionário* (de várias companhias incluindo as industriais). Talvez de maior importância seja o fato de que, em grande parte, *predominante mas não exclusivamente*, este mercado se realizou com recursos originados na própria região, reforçando a *hipótese* da existência de um *circuito financeiro*, ou seja, demanda e oferta de recursos para financiamento se efetivando em um mesmo espaço econômico, a caracterizar a economia agrária de exportação da região no período a que se refere esta análise.